**ESTATUTO DA MNEMOSINE - INSTITUTO DE INVESTIGACAO E EDUCACÃO
HISTÓRICA E PATRIMONIAL**

**Capítulo I
DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E DURAÇÃO**

Art.1º A **MNEMOSINE - INSTITUTO DE INVESTIGACAO E EDUCACÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL** - é uma associação, com personalidade jurídica de direito privado, sendo uma organização social constituída na forma de sociedade civil de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Art.2º A **MNEMOSINE** tem sede e foro na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, na Travessa Alemanha, nº 1.115, Bairro: Cidade Jardim, CEP: 13.416-570.

Art.3º A **MNEMOSINE** constitui um espaço de Investigação e Educação Histórica e Patrimonial, que visa promover, acolher e desenvolver projetos de educação histórica e patrimonial, propostas de assessoria em gestão de patrimônio cultural e projetos de investigação histórica.

Tendo como objetivos:

1. Investigação:

1.1 Propor e desenvolver projetos de investigação no âmbito dos estudos de História, Patrimônio, Memória e áreas afins;

1.2 Produzir, a partir de demanda de instituições e organismos públicos ou privados, investigação e discurso histórico relativamente a patrimônios culturais, material e imaterial a elas relacionados;

1.3 Propor a instituições e organismos públicos ou privados a produção de investigação e discurso histórico relativamente a patrimônios culturais, material e imaterial a ela relacionados;

1.4 Estabelecer ações de cooperação científica e captação de financiamentos com outras instituições regionais, nacionais e internacionais.

2. Educação e Formação:

2.1 Propor, ofertar, desenvolver e sediar cursos em formatos diversos (presenciais, à distância, videoaula e outros) no âmbito dos estudos de História, Patrimônio e Memória.

2.2 Propor, ofertar e desenvolver viagens de estudo.

3. Assessoria e prestação de serviços:

3.1 A aplicação de conhecimento científico e tecnológico em projetos de constituição, organização e disponibilização pública de acervos documentais de instituições e organismos públicos e privados.

3.2 A aplicação de conhecimento científico em projeto de investigação e produção de discurso histórico sobre patrimônios culturais.

3.3 A aplicação de conhecimento científico a projetos de investigação de pesquisadores externos ao Instituto.

3.4 A aplicação de conhecimento científico a projetos e programas de ensino de história de professores/docentes e Instituições Educacionais.

3.5 Executar projetos no âmbito técnico, científico e educacional sob demanda.

4. Constituição de acervo bibliográfico e documental:

4.1 Concentrar e organizar as produções historiográficas, desenvolvidas no próprio instituto por sua equipe de pesquisadores.

4.2 Recolher, tratar, organizar e disponibilizar fundos documentais relacionados às linhas de investigação erigidas pelo Instituto.

4.3 Editar e divulgar inventários, catálogos e outras peças constituídas a partir de novas tecnologias de informação, destinados a facilitar aos investigadores a consulta da produção historiográfica gerada no instituto, dos conteúdos gerados e relacionados aos objetos históricos e patrimoniais, bem como dos documentos históricos sob sua guarda.

Art. 4º Na consecução de tais objetivos a **MNEMOSINE** poderá efetivar trabalhos de atendimento, assessoria, ensino, pesquisa e publicações, relacionados com seus fins.

Art. 5º A fim de cumprir suas finalidades, a **MNEMOSINE** se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, denominados departamentos, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão por regimentos internos específicos.

Art. 6º A **MNEMOSINE** poderá firmar convênios ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicas ou privadas.

Art. 7º O prazo de duração da associação **MNEMOSINE** é indeterminado.

Parágrafo único. É expressamente vedado aos associados nas assembleias e reuniões da associação **MNEMOSINE** fazer manifestações de caráter político-partidário.

Capítulo II

DO PATRIMÔNIO, SUA CONSTITUIÇÃO E UTILIZAÇÃO

Art. 8º O patrimônio da **MNEMOSINE** será composto de:

- a) dotações ou subvenções eventuais, diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de órgãos Públicos da Administração direta e indireta;
- b) auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- c) doações ou legados;
- d) produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades;
- e) rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- f) rendas em seu favor constituídas por terceiros;

- g) usufruto que lhes forem conferidos;
- h) juros bancários e outras receitas de capital;
- i) valores recebidos de terceiros em pagamento de serviços ou produtos;
- j) contribuição de ingresso dos associados;
- k) mensalidade a ser paga por todos associados.

Parágrafo único. O valor das mensalidades será estabelecido pela Assembleia Geral da seguinte maneira: mediante proposta da Diretoria e votação da maioria simples dos presentes.

DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA MNEMOSINE

Art. 9º Os membros da diretoria da **MNEMOSINE** que atuem efetivamente na sua gestão executiva e a ela prestem serviços específicos poderão ser remunerados, desde que estejam engajados em projetos específicos a serem deliberados pela Diretoria, e desde que respeitados os limites máximos dos valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, conforme Lei nº 13.151/2015.

Art. 10. Os membros da **MNEMOSINE** não respondem solidária e/ou subsidiariamente pelas obrigações da entidade, quando exercidas com observância do presente estatuto e da legislação aplicável à espécie.

Art. 11. Os membros da Diretoria **MNEMOSINE** que não estiverem efetivamente prestando serviços específicos, engajados em projetos, não irão receber valores a título de remuneração, não gerando, assim, vínculo empregatício de qualquer natureza, estando sujeitos à lei do serviço voluntariado.

Capítulo III

DOS ASSOCIADOS

Art. 12. Poderá ser admitido como associado qualquer pessoa maior, sem distinção de sexo, raça, credo ou filiação político-partidária.

Art. 13. A admissão de associados será feita da seguinte forma: mediante contribuição de ingresso única em valor a ser estabelecido conforme deliberação de Assembleia Geral, e preenchimento de ficha cadastral, devidamente aprovada pela Diretoria. Caso de não aprovação, o valor da contribuição será devolvido, no prazo máximo de 30 dias da decisão ao proponente.

Parágrafo único. Os associados que tomarem parte da fundação da MNEMOSINE serão considerados associados-fundadores.

Art. 14. O associado que tiver interesse em se retirar da associação deverá manifestar sua intenção à Diretoria, por escrito, comprovando estar em dia com suas obrigações perante a associação.

Art. 15. Aos associados quites com suas obrigações assiste o direito de:

- a) frequentar a sede da Associação e suas dependências em ocasião de pesquisa no acervo sob a guarda do instituto, sob deliberação da Diretoria.
- b) frequentar a sede da Associação e suas dependências em ocasião de Assembleia;
- c) votar e ser votado;
- d) representar, por escrito, contra a Diretoria, mediante qualquer ato lesivo aos seus direitos, aos seus interesses sociais ou infringentes do Estatuto
- e) obter descontos em todos os projetos demandados ou ofertados pelo instituto.

Art. 16. São deveres dos associados:

- a) cooperar na integral realização dos objetivos da Associação;
- b) cumprir as disposições do presente Estatuto, do Regimento Interno e as resoluções da Diretoria;
- c) satisfazer, na forma e tempo devidos, a todos os compromissos para com o Instituto;
- d) contribuir, mensalmente, com importância destinada a manutenção das atividades.

Art. 17. Os associados que deixarem de cumprir o disposto no artigo 16 estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- (a)** Advertência;
- (b)** Suspensão; ou
- (c)** Exclusão.

§ 1º. Será sempre assegurado o exercício do direito de defesa para o associado envolvido em procedimento administrativo de punição, e recurso ao associado advertido, suspenso ou excluído.

§ 2º. Ao associado advertido, suspenso ou excluído será dada ciência da justa causa que lhe é imputada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias contados da Assembléia Geral destinada a deliberar sobre a penalidade a ser aplicada, para a qual será convocado e lhe será dado o direito de usar a palavra para o exercício de seu direito de defesa, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, com a devida possibilidade de apresentação de documentos de defesa, mas não lhe será dado o direito de voto para deliberar acerca da própria advertência, suspensão ou exclusão.

§ 3º. Será facultado ao associado advertido, suspenso ou excluído apresentar recurso, por escrito, endereçado à Assembléia Geral, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da notificação da decisão, sujeito a parecer da Diretoria e novo julgamento da Assembléia Geral, que poderá reformar a primeira decisão, mediante decisão unânime dos associados presentes.

Art. 18. As penalidades serão aplicadas de acordo com a gravidade dos atos praticados pelo associado, consoante decidido em Assembléia Geral.

Art. 19. A advertência, suspensão ou exclusão de qualquer associado será proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembléia Geral, ou, ainda, proposta e deliberada pela Assembléia Geral.

Parágrafo único. Uma vez advertido, suspenso ou excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título que for.

Art. 20. A falta de pagamento da anuidade, por dois anos consecutivos, implicará a exclusão automática do associado, sem a necessidade de se obedecer ao procedimento estabelecido no ARTIGO 18. A diretoria da **MNEMOSINE** encaminhará um comunicado ao associado excluído, por escrito por via eletrônica ou por correio, noticiando o ocorrido.

Parágrafo único. A readmissão de associados obedecerá às mesmas normas de admissão.

Capítulo IV

ORGANIZAÇÃO

Art. 21. A **MNEMOSINE** será constituída pela Assembleia Geral, pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 22. A Assembleia Geral será constituída pela metade e mais um dos associados, no mínimo, e as decisões serão tomadas pela votação da maioria simples dos presentes.

§ 1º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por ano, e, extraordinariamente, por solicitação dos associados e/ou da Diretoria, quando necessário.

§ 2º - As assembleias serão instaladas pelo presidente da **MNEMOSINE** ou seu substituto legal.

§ 3º - Não havendo quórum em primeira chamada, após 30 minutos, será procedida segunda chamada. A assembleia será instalada, independentemente do quórum mínimo, imediatamente após a segunda chamada.

§ 4º - As assembleias serão convocadas pela diretoria mediante edital afixado na sede da associação, em quadro próprio, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 5º - É garantida aos associados, quites com suas obrigações sociais, que representem 1/5 (um quinto) do quadro social, a convocação de assembleias, cuja ordem do dia constará do edital de convocação respectivo.

§ 6º - Compete à Assembleia deliberar sobre os assuntos da Associação, da eleição da diretoria e do Conselho Fiscal, da aprovação de contas e da alteração dos estatutos.

§ 7º - A eleição da diretoria será em voto secreto, concorrendo as chapas formadas e apresentadas à mesa até 30 (trinta) minutos antes do início da

Assembleia, devendo todos os membros da chapa serem formados por associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 8º - Para a destituição da Diretoria e alteração de estatuto, é exigido deliberação da assembleia, especialmente convocada para esse fim, cujo quórum, em primeira convocação contará com a presença de metade mais um dos associados quites com suas obrigações associativas, e, em segunda convocação, com qualquer número, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação.

DA DIRETORIA

Art. 23. A Diretoria será constituída pelo presidente; vice-presidente; 1º secretário; 2º secretário; 1º tesoureiro; 2º tesoureiro.

Art. 24. A Diretoria, cujo mandato será de 02 (dois) anos, será eleita em Assembleia Geral e tomará posse no mês seguinte ao da eleição.

Art. 25. A Diretoria deverá reunir-se, ordinariamente, a cada mês, e, extraordinariamente, mediante convocação do presidente.

Art. 26. Compete ao presidente:

- a) representar a associação **MNEMOSINE** ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) superintender, fiscalizar e intervir na administração da **MNEMOSINE**, supervisionando o cumprimento dos objetivos associativos;
- c) cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria;

- d) autorizar os pagamentos e assinar, com o Tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da **MNEMOSINE**;
- e) exercer o voto nas deliberações da Diretoria, sempre que se verificar empates nas decisões.

Art. 27. Ao vice-presidente compete:

- a) auxiliar o Presidente em suas funções, quando por esse solicitado;
- b) substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º secretário:

- a) superintender os serviços de secretaria, mantendo-os em dia;
- b) lavrar e ler as atas das reuniões da Diretoria;
- c) redigir e assinar as convocações, avisos e correspondência da Associação.

Art. 29. Ao 2º Secretário compete auxiliar o 1º Secretário no desempenho de suas atribuições e substituí-lo nos seus impedimentos e faltas.

Art. 30. Ao 1º tesoureiro compete:

- a) superintender os serviços gerais da Tesouraria;
- b) ter, sob sua guarda e responsabilidade, os bens e valores sociais;
- c) assinar, com o Presidente, os cheques bancários e demais documentos que impliquem responsabilidade financeira para a Associação;
- d) promover a arrecadação e a escrituração da receita e da despesa;
- e) organizar os balancetes, para apresentá-los nas reuniões mensais da Diretoria;
- f) organizar, anualmente, o balanço patrimonial e financeiro da Associação, com demonstração da receita e despesa, para a aprovação da Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal.

Art. 31. Ao 2º tesoureiro compete auxiliar o 1º tesoureiro no desempenho de suas atribuições e substituí-lo nos seus impedimentos e faltas.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 32. O Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral, será composto por 3 (três) membros, para um mandato de 02 (dois) anos.

§ 1º - É necessário que os membros do Conselho Fiscal sejam associados, sendo recomendável que possuam conhecimentos na área financeira ou em contabilidade.

§ 2º - Na primeira reunião do Conselho Fiscal, os seus membros deverão escolher, dentre um de seus integrantes, o Presidente.

Art. 33. Ao Conselho Fiscal compete acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária, as contas e o movimento contábil da Associação.

Art. 34. Compete ao Presidente do Conselho Fiscal convocar e presidir as reuniões deste Conselho e apresentar os relatórios emitidos à Assembleia Geral.

Parágrafo único - As reuniões do Conselho Fiscal serão feitas anualmente, podendo se reunir extraordinariamente quando necessário.

DA APROVAÇÃO DAS CONTAS

Art. 35. A aprovação das contas, dos balanços patrimoniais e demonstrações realizadas em cada exercício social deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

1. O Tesoureiro deverá providenciar a elaboração das contas, o balanço patrimonial e financeiro da Associação, com demonstração da receita e despesa e demais demonstrações de desempenho financeiro e contábil que julgar necessária e encaminhar ao Conselho Fiscal, durante o mês de outubro de cada ano;

2. O Conselho Fiscal, até 1º de novembro de cada ano, receberá a documentação, reunir-se-á e emitirá o competente parecer para ser encaminhado a Assembleia Geral, com cópia para Diretor Presidente;

3. Na próxima Assembleia Geral que se realizar, os associados serão comunicados dos balanços patrimoniais e demonstrações realizados em cada exercício social, das conclusões do Conselho Fiscal, para fins de sua aprovação, conforme Estatuto da entidade.

Art. 36. Na Assembleia Geral anual, o Diretor Presidente, ou outra pessoa por ele designada fará a apresentação dos balanços patrimoniais e das demonstrações realizadas no exercício social anterior e o Presidente do Conselho Fiscal apresentará os pareceres exarados por este órgão, que ficará à disposição dos associados nos meios de comunicação da entidade.

Capítulo V

REFORMA DO ESTATUTO

Art. 37. O presente Estatuto somente poderá ser reformado pela Assembleia Geral, especialmente instalada para esse fim, contando, em sua primeira convocação com um quórum mínimo de metade mais um dos associados quites com

suas obrigações associativas, e, em segunda convocação, com qualquer número, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação.

Capítulo VI

DIREITOS ADICIONAIS DOS FUNDADORES

Art. 38. Os associados na categoria de fundadores assistirão os seguintes direitos adicionais:

- a) receberem o título de fundadores;
- b) somente serem excluídos do quadro social após decisão da Assembleia Geral e mediante justa causa;
- c) manifestarem sua opinião verbal por até 10 minutos, nas Assembleias Gerais, sobre assuntos que envolvam a mudança do objeto da Associação, alteração de Estatutos ou dissolução.

Capítulo VII

LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Art. 39. Os associados não terão qualquer responsabilidade, solidária ou subsidiária, pelas obrigações contraídas pela associação.

Capítulo VIII

DISSOLUÇÃO

Art. 40. A associação será dissolvida com a aprovação da maioria absoluta, da totalidade dos associados, em Assembleia especialmente convocada para tal deliberação.

Art. 41. Decidida a extinção da Associação, seu patrimônio, após satisfeitas as obrigações assumidas, será incorporado ao de outra Associação congênere, a critério da Assembleia Geral.

Capítulo IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O presente estatuto foi aprovado pelos associados fundadores, conforme ata da Assembleia Geral realizada em 22 de julho de 2019, da qual constam os nomes e qualificação dos mesmos, bem como os dos membros da primeira diretoria.

VIRGINIA CELIA CAMIOTTI

RG nº 14.847.411-1 - SSP/SP

Presidente

JULIANA FERNANDA COELHO DE OLIVEIRA

OAB/SP – 259.716

Advogada